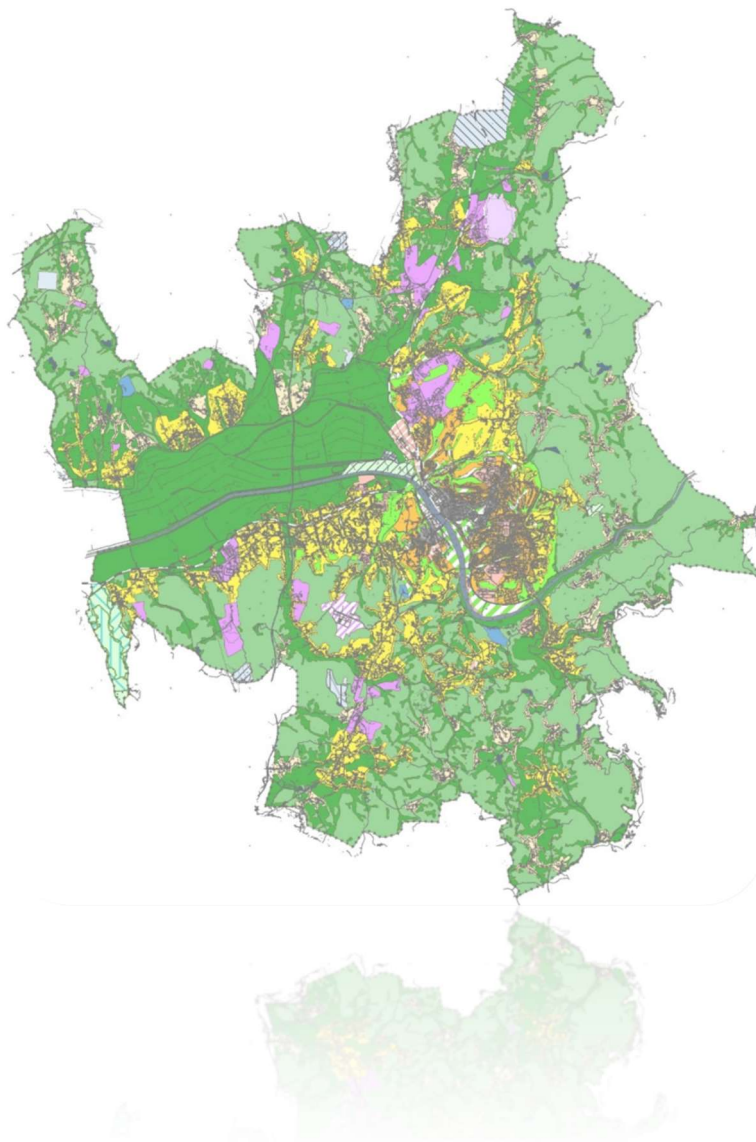




CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE COIMBRA 1.ª REVISÃO



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E CONTROLO AMBIENTAL (2014-2023)

Novembro de 2024



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Página deixada em branco propositadamente



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

FICHA TÉCNICA DO DOCUMENTO

Título	PLANO DIRETOR MUNICIPAL (1.ª REVISÃO) AValiação AMBIENTAL ESTRATÉGICA I RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E CONTROLO AMBIENTAL
Descrição	Avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal, verificando a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental, a fim de identificar e corrigir eventuais efeitos negativos imprevistos
Serviço	Departamento de Estudos Estratégicos, Planeamento e Desenvolvimento Territorial I Divisão de Planeamento Territorial
Ano de avaliação	2014 - 2023
Data do documento	Novembro 2024
Coordenação	Rui Campino, Diretor do Departamento de Estudos Estratégicos, Planeamento e Desenvolvimento Territorial (Arquiteto Paisagista) Carlos Duarte, Chefe de Divisão de Planeamento Territorial (Eng.º Civil)
Equipa de projeto	Luís Figueira, Geógrafo Iris China, Geógrafa Rui Cotão, Arquiteto Jorge Barata, Arquiteto
Estado do documento	Versão para envio à Agência Portuguesa do Ambiente



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Página deixada em branco propositadamente



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Diretrizes para a implementação e monitorização da AAE	5
3. Avaliação das medidas de controlo	12
4. Proposta de revisão das medidas de controlo, decorrente da 1.ª monitorização da AAE	32
5. Considerações finais	45

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos e orientações estratégicas da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal	2
Quadro 2 - Medidas de planeamento e gestão	5
Quadro 3 - Medidas de controlo	8
Quadro 4 - Avaliação das medidas de controlo	13
Quadro 5 - Quadro síntese da avaliação das medidas de controlo	30
Quadro 6 – Proposta de revisão das medidas de controlo	33

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Alcance das metas dos indicadores	31
Gráfico 2 - Alcance das metas dos indicadores por FCD	31



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Página deixada em branco propositadamente



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAE - Avaliação Ambiental Estratégica

AC - Águas de Coimbra, E.M.

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

APEMIP - Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal

BGRI - Base Geográfica de Referenciação de Informação

CMC - Câmara Municipal de Coimbra

COS - Carta de Uso e Ocupação do Solo

DA - Declaração Ambiental

DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

DGEG - Direção-Geral de Energia e Geologia

FCD - Fatores Críticos para a Decisão

GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPCTN - Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

PDM - Plano Diretor Municipal

PGRI - Plano de Gestão dos Riscos de Inundações

PGRH - Plano de Gestão de Região Hidrográfica

PMDFCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

QRE - Quadro de referência estratégico

RA - Relatório Ambiental

RJAAE - Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica

RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Página deixada em branco propositadamente



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório “Avaliação e Controlo Ambiental da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal” vem dar cumprimento ao disposto no artigo 11.º (*avaliação e controlo*) do Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica (RJAAE)¹, o qual estabelece que “*as entidades responsáveis pela elaboração dos programas e planos avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos*” e define uma periodicidade anual para a realização do controlo.

No âmbito do processo de elaboração, a 1.ª Revisão do PDM foi sujeita a AAE, da qual resultou, em cumprimento do disposto no artigo 10.º (*Declaração ambiental*) do RJAAE, uma Declaração Ambiental (DA)², onde constam, nomeadamente, medidas de controlo, que consubstanciam indicadores ambientais (56 indicadores) para a avaliação e controlo (monitorização) dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da implementação do plano.

O presente Relatório é, por vicissitudes várias, o primeiro a ser apresentado após a aprovação da 1ª Revisão do PDM e tem como principal objetivo avaliar, com base nas medidas de controlo previstas na Declaração Ambiental, os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução da 1.ª Revisão do PDM, a fim de identificar e corrigir eventuais efeitos negativos imprevistos.

Para além de um capítulo introdutório, o presente Relatório, está estruturado em quatro outros capítulos:

- **Diretrizes para a implementação e monitorização da AAE:** identificação das diretrizes para a implementação e monitorização da AAE (medidas de planeamento e gestão e medidas de controlo) definidas no procedimento de AAE³;
- **Avaliação das medidas de controlo:** análise e avaliação das medidas de controlo, que consubstanciam os indicadores (indicadores ambientais) do sistema de monitorização

¹ Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

² A Declaração Ambiental é uma exigência legal dos processos de Avaliação Ambiental, sendo o documento de suporte à informação sobre a decisão, que deve ser divulgado ao público e às entidades consultadas em cada procedimento, onde é justificada a forma como as considerações ambientais e os resultados da consulta pública foram integrados e considerados no plano ou programa, bem como as medidas de controlo previstas.

³ Medidas definidas no Relatório Ambiental e na Declaração Ambiental.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

da implementação da AAE, para aferir a evolução do território e o alcance das metas definidas;

- **Proposta de revisão das medidas de controlo, decorrente da 1.ª monitorização da AAE;**
- **Considerações finais.**

Da avaliação realizada, comparando a situação de referência (situação à data da aprovação da 1.ª Revisão do PDM) e a situação atual, de forma a identificar tendências de evolução e o alcance das metas pretendidas para o município definidas na Declaração Ambiental, pode-se concluir o seguinte quanto à evolução dos efeitos no ambiente decorrentes da aplicação e execução da 1.ª Revisão do PDM:

- Alcance das metas / cumprimento dos objetivos de sustentabilidade definidos durante o procedimento de elaboração da AAE em cerca de metade dos indicadores avaliados;
- Não foram identificados impactes ambientais não previstos na AAE.

O Relatório de Avaliação e Controlo Ambiental destina-se a ser remetido à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), sendo posteriormente disponibilizado na página eletrónica oficial do Município.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o **Relatório de Avaliação e Controlo Ambiental** do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica⁴ (AAE) da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Coimbra (PDM), elaborado no âmbito do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho⁵, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, comumente designado de Regime Jurídico de Avaliação Ambiental Estratégica (RJAAE).

A 1.ª Revisão do PDM foi aprovada pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de 7 de maio de 2014, sob proposta da Câmara Municipal de 14 de abril de 2014, tendo sido publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 124, de 1 de julho de 2014, através do [Aviso n.º 7635/2014](#). Desde a sua entrada em vigor, verificaram-se os seguintes procedimentos de dinâmica do plano, publicados em Diário da República, através do:

- [Aviso n.º 8289/2017](#), de 24 de julho - 1.ª alteração (alteração por adaptação);
- [Aviso n.º 8768/2019](#), de 21 de maio - suspensão parcial com estabelecimento de medidas preventivas;
- [Aviso n.º 3731/2022](#), de 22 de fevereiro - 2.ª alteração⁶;
- [Aviso n.º 11861/2022](#), de 9 de junho - suspensão parcial com estabelecimento de medidas preventivas;
- [Aviso n.º 3245/2023](#), de 15 de fevereiro - suspensão parcial com estabelecimento de medidas preventivas;

No âmbito do processo de elaboração, a 1.ª Revisão do PDM foi sujeita a AAE, da qual resultou, em cumprimento do disposto no artigo 10.º (*Declaração ambiental*) do RJAAE, uma Declaração

⁴ Entende-se por AAE a identificação, descrição e avaliação dos efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação ou elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a procedimento legislativo.

⁵ Estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.ºs 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio.

⁶ Sem sujeição a AAE.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Ambiental (DA)⁷. O procedimento de AAE focou-se nos objetivos estratégicos da Revisão do PDM e nas ações a desenvolver no âmbito das orientações estratégicas definidas (Quadro 1).

Quadro 1 – Objetivos e orientações estratégicas da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS
OE 1 - Reforçar o potencial geoestratégico de Coimbra	▪ Consolidar Coimbra como um polo urbano estruturado e maduro; ▪ Reforçar as redes nacionais e regionais de acessibilidades e transportes; ▪ Acolher, com crescente criatividade, empresas, organizações, serviços e projetos estruturantes e de valia nacional e internacional.
OE 2 - Densificar a base económica e criativa do território	▪ Captar investimentos (nacionais e internacionais) estruturantes e de base tecnológica; ▪ Acentuar o papel das tecnologias, indústrias e serviços ligados à saúde; ▪ Afirmer o papel das indústrias criativas e culturais; ▪ Realizar a 2.ª fase do iParque e requalificar as zonas industriais.
OE 3 - Promover a cultura, o património, o desporto e o turismo	▪ Valorizar a memória coletiva e o património cultural; ▪ Consolidar um polo museológico de excelência; ▪ Estabilizar rotinas desportivas e culturais de qualidade; ▪ Fortalecer a área da organização de eventos e congressos.
OE 4 - Reforçar a coesão social e a equidade territorial	▪ Promover um território de inclusão e de harmonia de interesses; ▪ Melhorar as vivências urbanas; ▪ Reforçar a oferta de equipamentos e espaços verdes de proximidade; ▪ Desenvolver políticas integradas de habitação; ▪ Consolidar um território educativo de qualidade.
OE 5 - Afirmer a qualidade urbano-ambiental de Coimbra e a salvaguarda dos recursos territoriais	▪ Implementar uma Agenda 21 Local; ▪ Apostar em novas soluções de mobilidade e numa acessibilidade para todos; ▪ Promover a fruição saudável do espaço urbano, implementando políticas de redução do ruído ambiente exterior e de redução de gases com efeito de estufa; ▪ Incrementar a eficiência ambiental da recolha, separação e tratamento de resíduos urbanos; ▪ Melhorar as condições de operação e gestão da rede de água; ▪ Requalificar as linhas de água, prevenindo cheias e inundações;

⁷ A Declaração Ambiental é uma exigência legal dos processos de Avaliação Ambiental, sendo o documento de suporte à informação sobre a decisão, que deve ser divulgado ao público e às entidades consultadas em cada procedimento, onde é justificada a forma como as considerações ambientais e os resultados da consulta pública foram integrados e considerados no plano ou programa, bem como as medidas de controlo previstas.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS
	▪ Promover a conservação da natureza e a biodiversidade; ▪ Promover o uso sustentado e multifuncional da floresta; ▪ Aumentar a área de superfície vegetal e promover a permeabilidade do solo; ▪ Promover a valorização da frente ribeirinha potenciada pelo Rio Mondego; ▪ Implementar medidas que visem melhorar a eficiência ambiental e energética da edificação e urbanização.
OE 6 - Promover um desenho urbano de qualidade apostado na reabilitação	▪ Promover uma prática urbanística moderna e promotora da qualidade tanto das grandes soluções como dos pequenos detalhes; ▪ Reabilitar o Centro Histórico e o parque edificado.

A análise integrada das questões estratégicas (objetivos e orientações estratégicas) da revisão do PDM, dos fatores ambientais legalmente definidos no RJAAE⁸ e de um quadro de referência estratégico (QRE) que englobou as macropolíticas de referência, bem como os planos e programas relevantes, à data em vigor, permitiu identificar um conjunto de temas fundamentais para a decisão (Fatores Críticos para a Decisão - FCD⁹) sobre os quais a AAE se debruçou. A avaliação dos FCD permitiu verificar a situação existente e tendencial (sem a aplicação do plano) e as oportunidades e riscos (com a aplicação do plano), tendo sido considerados para cada FCD critérios de avaliação e objetivos de sustentabilidade por forma a criar uma base de avaliação das propostas do plano.

O processo de análise e avaliação dos FCD permitiu, ainda, estabelecer um conjunto de diretrizes para a implementação e monitorização da AAE (medidas de planeamento e gestão e medidas de controlo) a serem objeto de verificação periódica no decorrer da implementação do Plano, em cumprimento do disposto no artigo 11.º (*Avaliação e controlo*) do RJAAE o qual estabelece que *“as entidades responsáveis pela elaboração dos programas e planos avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental, a fim de identificar atempadamente e*

⁸ Biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, e paisagem.

⁹ Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais; Qualidade ambiental; Riscos naturais e tecnológicos; Dinâmicas territoriais e Desenvolvimento regional e local.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

corrigir os efeitos negativos imprevistos” e define que os resultados do controlo devem ser divulgados e atualizados com uma periodicidade mínima anual.

Em síntese, o presente Relatório de Avaliação e Controlo Ambiental, focando-se nas medidas de controlo previstas no ponto “**5. As medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho**” da Declaração Ambiental, tem como principal objetivo avaliar, com base nas medidas de controlo previstas na Declaração Ambiental, os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução da 1.ª Revisão do PDM, a fim de identificar atempadamente e corrigir eventuais efeitos negativos imprevistos.

Tendo em consideração as orientações constantes da Norma Técnica ([NT.AAE 2/2020](#)) da Agência Portuguesa do Ambiente referente à “fase de avaliação e controlo em sede dos procedimentos de avaliação ambiental estratégica (AAE) de planos e programas” e o disposto no artigo 11.º do RJAAE, o presente Relatório, para além deste capítulo introdutório, encontra-se estruturado em quatro outros capítulos:

- **Diretrizes para a implementação e monitorização da AAE:** identificação das diretrizes para a implementação e monitorização da AAE (medidas de planeamento e gestão e medidas de controlo) definidas no procedimento de AAE¹⁰;
- **Avaliação das medidas de controlo:** análise e avaliação das medidas de controlo, que consubstanciam os indicadores (indicadores ambientais) do sistema de monitorização da implementação da AAE, para aferir a evolução do território e o alcance das metas definidas;
- **Proposta de revisão das medidas de controlo, decorrente da 1.ª monitorização da AAE;**
- **Considerações finais.**

¹⁰ Medidas definidas no Relatório Ambiental e na Declaração Ambiental



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

2. DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DA AAE

Como referido no capítulo anterior a análise e avaliação dos FCD permitiu estabelecer um conjunto de diretrizes para a implementação e monitorização da AAE divididas em duas componentes distintas:

- Medidas de planeamento e gestão, ou seja, as medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano (Quadro 2);
- Medidas de controlo, que consubstanciam os indicadores ambientais do sistema de monitorização da implementação do plano (Quadro 3).

Os resultados da avaliação das medidas de controlo (56 indicadores) são apresentados no capítulo seguinte do presente relatório.

Quadro 2 – Medidas de planeamento e gestão

FCD: BIODIVERSIDADE, RECURSOS NATURAIS E PATRIMONIAIS	
Critérios de avaliação	Medidas de planeamento e gestão
Ecosistemas e habitats	. Promover a conservação de espécies e habitats; . Preservar os locais de elevado interesse natural; . Desenvolver ações de divulgação dos recursos e valores naturais; . Criar corredores ecológicos, que salvaguardem a sustentabilidade ecológica e promovam os valores naturais do município; . Conservar / recuperar povoamentos florestais autóctones e a vegetação ribeirinha.
Paisagem e património	. Promover percursos de interpretação, equipados e sinalizados, dos valores da paisagem e do património; . Dar uso ao património, readaptando o património edificado com usos obsoletos para novas funções compatíveis; . Incentivar a reabilitação do património edificado.
Solos e floresta	. Monitorizar a evolução da RAN e da REN; . Promover o uso multifuncional da florestal, potenciando os usos e atividades associadas ao recreio e lazer; . Fomentar a reabilitação ecológica da área florestal, nomeadamente através da plantação de espécies autóctones.
Água	. Aumentar a eficiência do sistema de abastecimento de água;



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

FCD: BIODIVERSIDADE, RECURSOS NATURAIS E PATRIMONIAIS

Critérios de avaliação	Medidas de planeamento e gestão
	. Promover a reutilização das águas residuais, nomeadamente para a rega de espaços verdes; . Alargar a rede de monitorização da qualidade das águas superficiais; . Promover o uso sustentável da água através de ações de sensibilização.

FCD: QUALIDADE AMBIENTAL

Critérios de avaliação	Medidas de planeamento e gestão
Ar	. Implementar políticas ativas de combate à poluição atmosférica; . Promover ações de sensibilização para as questões da qualidade do ar.
Ruído	. Implementar políticas ativas de redução de ruído ambiente exterior.
Resíduos	. Realizar campanhas de sensibilização para incentivar a separação de resíduos e redução da quantidade de lixo produzido.
Espacos verdes	. Promover o enquadramento paisagístico de infraestruturas, nomeadamente, rodoviárias.
Energia	. Promover a produção e utilização de energias renováveis; . Melhorar a eficiência energética dos edifícios municipais; . Promover o uso do transporte público nas deslocações casa/trabalho.

FCD: RECURSOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

Critérios de avaliação	Medidas de planeamento e gestão
Incêndios florestais	. Divulgação e implementação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios; . Avaliação periódica do risco de incêndio no município e sua divulgação; . Limpeza florestal regular dos terrenos; . Compartimentação da mancha florestal; . Incrementar a plantação de espécies florestais autóctones.
Movimentos de vertente	. Fomentar a reabilitação ecológica da área florestal classificada como de moderada ou elevada suscetibilidade a movimentos de massa; . Condicionar a construção nas zonas de moderada ou elevada suscetibilidade a movimentos de massa, exigindo estudos geológicos/pedológicos e a concretização das necessárias medidas de estabilização.
Cheias e inundações	. Monitorizar o risco de cheias e inundações; . Requalificar e melhorar a gestão das linhas de água;



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

FCD: RECURSOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

Critérios de avaliação	Medidas de planeamento e gestão
	. Monitorizar o sistema de drenagem natural e pluvial; . Construção de bacias de retenção com funções múltiplas para atenuar o pico das cheias; . Promover o desassoreamento do Açude de Coimbra.
Acidentes graves envolvendo substâncias perigosas	. Controlar a circulação de veículos de transporte de substâncias perigosas, nomeadamente no atravessamento dos aglomerados urbanos.

FCD: DINÂMICAS TERRITORIAIS

Critérios de avaliação	Medidas de planeamento e gestão
Urbanização e edificação	. Contrariar a edificação dispersa e a urbanização difusa; . Dirigir a ação para a consolidação urbana em detrimento da expansão.
Reabilitação urbana	. Acautelar as características sociodemográficas da população residente nos projetos de reabilitação urbana; . Criar medidas de controlo dos custos da habitação nas áreas de reabilitação urbana programada; . Criar medidas de incentivo à reabilitação urbana.
Habitação	. Acautelar as necessidades específicas das populações mais vulneráveis em programas de habitação, estabelecendo níveis e tipologias de oferta de habitação de acordo com a diversidade social; . Melhorar o nível da qualidade residencial e de vivência da população, em particular da população idosa.

FCD: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

Critérios de avaliação	Medidas de planeamento e gestão
Desenvolvimento humano	. Coordenar cada vez melhor as respostas sociais municipais, respeitando o princípio da proximidade e as relações de vizinhança; . Aumentar a eficiência da rede de equipamentos sociais.
Competitividade e dinâmica empresarial	. Criar condições para a fixação, com crescente criatividade, de empresas, organizações, serviços e projetos estruturantes e de valia nacional e internacional; . Garantir uma imagem urbana atrativa.
Turismo	. Desenvolver uma estratégia de marketing turístico, divulgando a marca “Coimbra”;



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

FCD: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

Critérios de avaliação	Medidas de planeamento e gestão
	. Desenvolver um mercado de produtos culturais direcionado quer para o turista quer para a população; . Promover uma oferta profissionalizada e de qualidade na área da organização de eventos e congressos; . Incentivar o aumento do tempo de dormida através da criação de atrações turísticas; . Melhorar a divulgação e oferta de percursos temáticos.

Quadro 3 – Medidas de controlo

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES AMBIENTAIS
FCD: Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais	
Critério: Ecossistemas e habitats	
. Manter a integridade das áreas classificadas e a conectividade entre elas	. Área do município integrada na Rede Natura 2000 e na rede nacional de áreas protegidas . Ecossistemas de conexão entre áreas naturais
. Evitar a afetação de habitats naturais, de espécies da flora e da fauna e de áreas húmidas fundamentais para espécies alvo de orientações de gestão	. Habitats naturais da Diretiva Habitats . Espécies da flora e fauna de interesse comunitário . Espécies alvo de orientações de gestão
Critério: Paisagem e património	
. Assegurar a proteção e qualificação do património natural e paisagístico	. Árvores de interesse público . Valores da paisagem
. Proteger e valorizar o património arquitetónico e arqueológico	. Imóveis classificados e em vias de classificação . Sítios arqueológicos
Critério: Solos e floresta	
. Garantir a salvaguarda dos solos da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional	. Área de Reserva Agrícola Nacional . Área de Reserva Ecológica Nacional
. Promover a gestão e o ordenamento sustentável dos espaços florestais, fomentando a diversificação silvícola e o uso múltiplo da floresta	. Área sujeita ao regime florestal . Tipologia de floresta existente
Critério: Água	



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES AMBIENTAIS
. Assegurar a proteção dos cursos de água e garantir a boa qualidade das águas	. Qualidade das águas superficiais
. Promover o consumo eficiente do recurso água, nomeadamente através da sua reutilização	. Consumo de água <i>per capita</i> . Taxa de reutilização da água residual tratada
. Promover a redução de perdas de água nos sistemas de transporte e distribuição	. Taxa de perdas de água na rede
FCD: Qualidade ambiental	
Critério: Ar	
. Promover uma política de gestão da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública	. Índice da qualidade do ar . Dias com excedências de emissões
Critério: Ruído	
. Assegurar níveis de ruído adequados	. População exposta a níveis de ruído de $L_{den} > 65 \text{ d(B)A}$ e $L_n > 55 \text{ d(B)A}$
Critério: Resíduos	
. Promover uma gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos urbanos	. Capitação de resíduos sólidos urbanos . Proporção de resíduos sólidos recolhidos seletivamente
Espaços verdes	
. Assegurar uma boa cobertura da população por espaços verdes de utilização coletiva	. Espaços verdes públicos <i>per capita</i> . Área de hortas urbanas
Energia	
. Aumentar a eficiência do consumo energético e reduzir o consumo de combustíveis fósseis	. Consumo de energia elétrica por habitante . Consumo de combustível automóvel por habitante
FCD: Recursos naturais e tecnológicos	
Critério: Incêndios florestais	
. Diminuir o número de ignições e área ardida	. Área florestal com risco de incêndio elevado ou muito elevado . Ocorrências de ignições . Área florestal ardida
Critério: Movimentos de vertente	
. Evitar a erosão dos solos	. Área urbana inserida em zonas suscetíveis à ocorrência de movimentos de vertente, com perigosidade média e elevada
Critério: Cheias e inundações	



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES AMBIENTAIS
. Minimizar as áreas vulneráveis à ocorrência de cheias e inundações e o impacto das mesmas	. Situações hidrológicas extremas com impactos significativos . Área urbana inserida em zonas vulneráveis à ocorrência de cheias e inundações
Critério: Acidentes graves envolvendo substâncias perigosas	
. Promover a segurança, saúde e bem-estar das populações	. Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-lei n.º 254/2007, de 12 de julho e nível de perigosidade
FCD: Dinâmicas territoriais	
Critério: Urbanização e edificação	
. Promover a consolidação do espaço urbano	. Área livre do perímetro urbano . Área de loteamentos urbanos (ha) . Novos edifícios licenciados
Critério: Reabilitação urbana	
. Promover a qualificação do centro histórico e do parque edificado	. Área de reabilitação urbana programada . Edifícios e fogos reabilitados em empreitadas coercivas e municipais
Critério: Habitação	
. Promover uma política integrada de habitação	. Fogos licenciados em construção nova para habitação familiar . Custo médio de aquisição e arrendamento de habitação . Barracas e alojamentos precários . Pedidos para habitação social
FCD: Desenvolvimento regional e local	
Critério: Desenvolvimento humano	
. Qualificar os recursos humanos . Reforçar a coesão social	. Nível de ensino da população residente . Alunos matriculados no ensino superior . Respostas sociais por 1000 habitantes . Beneficiários do rendimento social de inserção
Critério: Competitividade e dinâmica empresarial	
. Promover a inovação e o desenvolvimento . Promover o aumento da competitividade dos territórios e das empresas	. Unidades de I&D . Pessoas em I&D . Densidade de empresas . Empresas, segundo a CAE



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES AMBIENTAIS
	. Taxa de cobertura das importações pelas exportações . Espaços municipais de acolhimento empresarial
Critério: Turismo	
. Criar condições de apoio e suporte à prática turística aumentando o número de visitantes	. Taxa de ocupação hoteleira . Capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros
. Melhorar a atratividade turística	. Percursos temáticos . Visitantes de museus e galerias de arte



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

3. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE CONTROLO

Do processo de avaliação ambiental a que foi sujeita a 1.ª Revisão do PDM de Coimbra resultou um conjunto de medidas de controlo, consubstanciadas em 56 indicadores ambientais, a serem avaliados e monitorizados periodicamente. O resultado da avaliação e controlo ambiental da 1.ª Revisão do PDM está descrita no quadro seguinte (Quadro 4) e teve por base todos os indicadores ambientais definidos.

A avaliação realizada, comparou a situação de referência (situação identificada na Declaração Ambiental)¹¹ e a situação atual (situação em 2023 ou ano mais próximo com disponibilidade de dados), de forma a identificar tendências de evolução e o alcance das metas pretendidas para o município.

¹¹ Procedeu-se a pequenos ajustes em alguns dos valores que caracterizam a situação de referência, em parte, decorrentes de erros de medição ou de escrita, bem como da indisponibilidade; à data, de dados estatísticos atualizados



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Quadro 4 – Avaliação das medidas de controlo

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência		Metas pretendidas para o município	Situação atual		Avaliação	
			Valor	Ano/Fonte		Valor	Ano/Fonte	Evolução	Alcance da meta
FCD: Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais									
Critério de avaliação: Ecosistemas e habitats									
. Manter a integridade das áreas classificadas e a conectividade entre elas	. Área do município integrada na Rede Natura 2000 e na rede nacional de áreas protegidas	ha	278,52	2012/PDM	manter	278,52	2023/PDM Planta de Condicionantes	Manutenção das áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000 (ZEC e ZPE Paul de Arzila) e da rede nacional de áreas protegidas (Reserva Natural do Paul de Arzila)	Sim
	. Ecosistemas de conexão entre áreas naturais	Kms	-	-	n.a.	s.i.	s.i.		n.a.
. Evitar a afetação de habitats naturais, de espécies da flora e da fauna e de áreas húmidas fundamentais para espécies alvo de orientações de gestão	. Habitats naturais da Diretiva Habitats	n.º	10	2012/ICNF	manter	10	2023/ICNF https://www.icnf.pt/conservacao/rnapareasprotegidas/reservasnaturais/rnpauldearzila	Manutenção, na ZEC Paul de Arzila, do número de habitats naturais da Diretiva Habitats	Sim



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência		Metas pretendidas para o município	Situação atual		Avaliação	
			Valor	Ano/Fonte		Valor	Ano/Fonte	Evolução	Alcance da meta
	. Espécies da flora e fauna de interesse comunitário	n.º	11	2012/ICNF	manter	11	2023/ICNF	Manutenção, no SIC Paul de Arzila, do número de espécies de fauna (aquática e ribeirinha) de interesse comunitário	Sim
	. Espécies alvo de orientações de gestão	n.º	11	2012/ICNF	manter	11	2023/ICNF	Manutenção do número das espécies alvo de orientações de gestão	Sim
Critério de avaliação: Paisagem e património									
. Assegurar a proteção e qualificação do património natural e paisagístico	. Árvores de interesse público	n.º	8	2012/ICNF	aumentar	7	2023/ICNF http://www2.icnf.pt/portal/Arvores.gv?Distrito=6&Concelho=3&Freguesia=&Processo=&template%3Ametod=Pesquisa	Da pesquisa ao arvoredo de interesse público realizada no site do ICNF, verifica-se a existência de sete árvores classificadas, menos uma do que em 2012 (<i>Pinus pinea</i> L).	Não
	. Valores da paisagem	-	-	-	n.a.	s.i.	s.i.		s.i.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência		Metas pretendidas para o município	Situação atual		Avaliação	
			Valor	Ano/Fonte		Valor	Ano/Fonte	Evolução	Alcance da meta
. Proteger e valorizar o património arquitetónico e arqueológico	. Imóveis classificados e em vias de classificação	n.º	58	2013/PDM	aumentar	64	2023/PDM Planta de Condicionantes	Aumento de 10% do número de imóveis classificados e em vias de classificação	Sim
	. Sítios arqueológicos	n.º	75	2012/PDM	aumentar	79	2023/PDM Planta de Ordenamento	Aumento de 5% do número de sítios arqueológicos	Sim
Citério de avaliação: Solos e floresta									
. Garantir a salvaguarda dos solos da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional	. Área de Reserva Agrícola Nacional	ha	6964 ¹²	2013/PDM	manter	6964	2023/PDM Planta de Condicionantes	Manutenção da área do município integrada na Reserva Agrícola Nacional	Sim
	. Área de Reserva Ecológica Nacional	ha	10627 ¹³	2013/PDM	manter	10627	2023/PDM Planta de Condicionantes	Manutenção da área do município integrada na Reserva Ecológica Nacional	Sim
. Promover a gestão e o ordenamento sustentável dos	. Área sujeita ao regime florestal	ha	98 ¹⁴	2012/PDM	manter	98	2023/PDM Planta de Condicionantes	Manutenção da área do município sujeita ao regime florestal (Matas Nacionais do	Sim

¹² Valor corrigido. O valor referido na DA era 6946

¹³ Valor corrigido. O valor referido na DA era 10626

¹⁴ Valor corrigido. O valor referido na DA era 95



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência		Metas pretendidas para o município	Situação atual		Avaliação	
			Valor	Ano/Fonte		Valor	Ano/Fonte	Evolução	Alcance da meta
espaços florestais, fomentando a diversificação silvícola e o uso múltiplo da floresta								Choupal e de Vale de Canas)	
	. Tipologia de floresta existente ¹⁵ /Área florestal	%	34 ¹⁶ / 52 ¹⁷	1990/COS ¹⁸	24 / 42	53 / 29	2018/COS	A área florestal com eucalipto passou a ser a tipologia de floresta predominante, representando 53% da área florestal existente, em detrimento da área florestal com pinheiro-bravo, que representa 29% da área florestal existente	Não
Critério de avaliação: Água									
. Assegurar a proteção dos cursos de água e garantir a boa qualidade das águas	. Qualidade das águas superficiais	-	razoável	2009/SNIRH	bom	bom e superior	2023/PGRH - 3.º Ciclo (2022-2027) Vouga, Mondego e Lis (RH4A)	Alcance da meta para a maioria das massas de água superficiais avaliadas	Sim

¹⁵ Floresta de eucalipto e floresta de pinheiro-bravo

¹⁶ % da área florestal com eucalipto

¹⁷ % da área florestal com pinheiro-bravo

¹⁸ Ano/Fonte corrigido. O ano/fonte referido na DA era 2012/PDM



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência		Metas pretendidas para o município	Situação atual		Avaliação	
			Valor	Ano/Fonte		Valor	Ano/Fonte	Evolução	Alcance da meta
. Promover o consumo eficiente do recurso água, nomeadamente através da sua reutilização	. Consumo de água <i>per capita</i>	m ³	78,5 ¹⁹	2011/INE ²⁰	Reduzir ²¹	71,7	2022/INE Estatísticas	Redução de 8,7% do consumo de água <i>per capita</i>	Sim
	. Taxa de reutilização da água residual tratada	%	0	2012/AC	10	0	2023/AC	Mantém-se a não reutilização da água residual tratada	Não
. Promover a redução de perdas de água nos sistemas de transporte e distribuição	. Taxa de perdas de água na rede	%	22,3	2011/AC	20	20,6	2023/AC	Diminuição da taxa de perdas de água na rede de 22,3% para 20,6%.	Não

FCD: Qualidade ambiental									
Critério de avaliação: Ar									
. Promover uma política de gestão da qualidade do ar que salvaguarde a saúde pública	. Dias com IQar Bom e Muito Bom	n.º	257	2010/APA	≥ 80% do número dias medidos	283 (de 365 dias medidos)	2023/APA	Em 2023, 283 dias dos 365 medidos, corresponderam a dias com IQar Bom e Muito Bom, representando cerca de 78% do total de dias medidos	Não

¹⁹ Valor corrigido. O valor referido na DA era 50

²⁰ Fonte do valor da situação de referência corrigida. A fonte referida na DA era AC

²¹ Meta pretendida para o município corrigida. A meta referida na DA era “manter”



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência		Metas pretendidas para o município	Situação atual		Avaliação	
			Valor	Ano/Fonte		Valor	Ano/Fonte	Evolução	Alcance da meta
	. Excedências de emissões (PM ₁₀)	n.º	2 ²² / 43 ²³	2010/APA	<35	1/0	2023/APA	Diminuição significativa do número de dias com excedências de emissões PM ₁₀	Sim
Critério: Ruído									
. Assegurar níveis de ruído adequados	. População exposta a níveis de ruído elevados	n.º	20571 ²⁴ 22981 ²⁵	2012/PDM	10300 11500	s.i.	s.i.	Sem informação atualizada.	s.i.
Critério de avaliação: Resíduos									
. Promover uma gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos urbanos	. Capitação de resíduos sólidos urbanos indiferenciados	(kg/hab)	1,2	2011/ERSUC	1,06	0,96	2023/INE Estatísticas	Diminuição de 20% da capitação de resíduos sólidos urbanos indiferenciados	Sim

²² Estação “Instituto Geofísico”

²³ Estação “Fernão de Magalhães”

²⁴ Lden > 65 dB(A)

²⁵ Ln > 55 dB(A)



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência		Metas pretendidas para o município	Situação atual		Avaliação	
			Valor	Ano/Fonte		Valor	Ano/Fonte	Evolução	Alcance da meta
	. Proporção de resíduos sólidos recolhidos seletivamente (diferenciados)	%	9,5	2011/ERSUC	20	19	2023/INE Estatísticas	Aumento da proporção de resíduos sólidos recolhidos seletivamente de 9,5% em 2011 para 19% em 2023	Não
Critério de avaliação: Espaços verdes									
. Assegurar uma boa cobertura da população por espaços verdes de utilização coletiva	. Espaços verdes públicos <i>per capita</i> (cidade)	m ²	18	2012/PDM	30	20	2022/PDM/DEVJ	Aumento da captação de espaços verdes públicos (cidade) de 2 m ²	Não
	. Área de hortas urbanas	m ²	5000	2012/CMC	20000	5000	2023/CMC	Manutenção da área ocupada por hortas urbanas (Ingote)	Não
Critério de avaliação: Energia									
. Aumentar a eficiência do consumo energético e reduzir o consumo de combustíveis fósseis	. Consumo de energia elétrica por habitante	Kwh	5633	2010/DGEG	4500	4697	2022/INE Estatísticas	Diminuição de 17% do consumo de energia elétrica por habitante	Não
	. Consumo de combustível automóvel por habitante	tep/hab	0,71	2010/DGEG	0,64	0,56	2022/INE Estatísticas	Diminuição de 21% do consumo de combustível	Sim



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência		Metas pretendidas para o município	Situação atual		Avaliação	
			Valor	Ano/Fonte		Valor	Ano/Fonte	Evolução	Alcance da meta
								automóvel por habitante	
FCD: Riscos naturais e tecnológicos									
Critério de avaliação: Incêndios florestais									
. Diminuir o número de ignições e área ardida	. Área florestal com risco de incêndio elevado ou muito elevado	ha	5322,7 ²⁶	2007/PMDFCI	reduzir	5424,8	2018/PMDFCI	Aumento de 2% da área florestal com risco de incêndio elevado ou muito elevado	Não
	. Ocorrências de ignições	n.º	s.i.	s.i.	n.a.	33	2023/INE Estatísticas	Em 2023, ocorreram 33 incêndios rurais cujo ponto de início teve lugar em território municipal	n.a.
	. Área florestal ardida	ha	19 ²⁷	2010/ICNF	0	129	2023/INE Estatísticas	Aumento significativo da área florestal ardida em 2023, quando comparada com a de 2010 (mais 110 ha)	Não

²⁶ Valor corrigido. O valor referido na DA era 5332,7

²⁷ Valor corrigido. O valor referido na DA era 0



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência		Metas pretendidas para o município	Situação atual		Avaliação	
			Valor	Ano/Fonte		Valor	Ano/Fonte	Evolução	Alcance da meta
Critério de avaliação: Movimentos de vertente									
. Evitar a erosão dos solos	. Área urbana inserida em zonas suscetíveis à ocorrência de movimentos de vertente, com perigosidade média e elevada	ha	1462 ²⁸	2012/PDM	n.a.	1462	2023/PDM	Manutenção da área urbana inserida em zonas suscetíveis à ocorrência de movimentos de vertente, com perigosidade média e elevada	n.a.
Critério de avaliação: Cheias e inundações									
. Minimizar as áreas vulneráveis à ocorrência de cheias e inundações e o impacte das mesmas	. Situações hidrológicas extremas com impactes significativos	n.º	3	2012/ANPC	n.a.	s.i.	s.i.		n.a.
	. Área urbana inserida em zonas vulneráveis à ocorrência de cheias e inundações	ha	595,2 ²⁹	2012/PDM	n.a.	688,6	2023/PDM/ PGRI Vouga, Mondego e Lis	Aumento da área inundável em solo urbano, por inclusão das áreas de risco potencial significativo de inundações definidas no PGRI-Vouga, Mondego e Lis	n.a.
Critério de avaliação: Acidentes graves envolvendo substâncias perigosas									

²⁸ Valor corrigido. O valor referido na DA era 1500

²⁹ Valor corrigido. O valor referido na DA era 571,4



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência		Metas pretendidas para o município	Situação atual		Avaliação	
			Valor	Ano/Fonte		Valor	Ano/Fonte	Evolução	Alcance da meta
. Promover a segurança, saúde e bem-estar das populações	. Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-lei n.º 150/2015 ³⁰ , de 5 de agosto e nível de perigosidade	n.º	0	2011/ANPC	0	0	2023/APA	Continuam a não existir estabelecimentos abrangidos pelo regime de prevenção de acidentes graves	Sim
FCD: Dinâmicas territoriais									
Critério de avaliação: Urbanização e edificação									
. Promover a consolidação do espaço urbano	. Área livre do perímetro urbano	%	26,5	2012/PDM	20	s.i.	s.i.	Não existe cartografia atualizada que permita avaliar a evolução deste indicador	s.i.
	. Área de loteamentos urbanos	ha	1081	2012/PDM	+5%	1105	2023/PDM	Aumento de 2,2% da área de loteamentos urbanos	Não
	. Novos edifícios licenciados ³¹	n.º	362	2010/INE	- 10%/ano	188	2023/INE Anuários Estatísticos Regionais	Diminuição significativa do número de novos	Não

³⁰ Revogou o Decreto-lei n.º 254/2007, de 12 de julho

³¹ Para construções novas



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência		Metas pretendidas para o município	Situação atual		Avaliação	
			Valor	Ano/Fonte		Valor	Ano/Fonte	Evolução	Alcance da meta
								edifícios licenciados para construção nova	
Critério de avaliação: Reabilitação urbana									
. Promover a qualificação do centro histórico e do parque edificado	. Área de reabilitação urbana programada	ha	62,8 ³²	2012/PDM	+ 20%	388,0	2023/PDM Planta de Ordenamento	Aumento significativo da área de reabilitação urbana programada, com a aprovação / delimitação de quatro novas áreas: ARU Coimbra Santa Clara; ARU da Área Empresarial de Cernache; ARU da Área Empresarial da Pedrulha e ARU Coimbra Universidade/Sereia	Sim
	. Edifícios e fogos reabilitados em empreitadas coercivas e municipais	n.º	8/17	2011/CMC	+ 20%/ano	0/15	2021/CMC	Diminuição do número de edifícios e fogos reabilitados em empreitadas coercivas e	Não

³² Valor corrigido. O valor referido na DA era 62,3



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência		Metas pretendidas para o município	Situação atual		Avaliação	
			Valor	Ano/Fonte		Valor	Ano/Fonte	Evolução	Alcance da meta
								municipais, em virtude dos constrangimentos causados pela pandemia COVID-19, nomeadamente no setor da construção civil	
Critério de avaliação: Habitação									
. Promover uma política integrada de habitação	. Fogos licenciados em construção nova para habitação familiar	n.º	711	2010/INE	- 10%/ano	551	2023/INE Anuários Estatísticos Regionais	Diminuição de 22,5% do número de fogos licenciados em construção nova para habitação familiar entre 2010 e 2023	Não
	. Custo médio de aquisição e arrendamento de habitação	€/m²/€	1520,00 / 525,00	2012/ APEMIP	-10% / -5%	1734,00 / 352,14	2023/2021 INE Estatísticas	Aumento do custo médio da aquisição de habitação de 14,1% entre 2012 e 2023 e diminuição de 32,9% do valor das rendas para habitação entre 2012 e 2021	Não



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência		Metas pretendidas para o município	Situação atual		Avaliação	
			Valor	Ano/Fonte		Valor	Ano/Fonte	Evolução	Alcance da meta
	. Barracas e alojamentos precários	n.º	57 /40	2011/INE	- 10% / - 20%	s.i.	s.i.		s.i.
	. Pedidos para habitação social	n.º	357	2011/CMC	- 20% / ano	177	2023/CMC	Redução de 50,4% dos pedidos para a habitação social	Não

FCD: Desenvolvimento regional e local

Critério de avaliação: Desenvolvimento humano

. Qualificar os recursos humanos	. População residente com ensino superior	%	24	2011/INE	30	36	2021/INE Censos 2021	Aumento da percentagem da população residente com ensino superior de 24% em 2011 para 36% em 2021	Sim
	. Alunos matriculados no ensino superior	n.º	37082 ³³	2010/2011 INE	+ 5%	38411	2023/2024 INE Estatísticas	Aumento de 3,6% do número de alunos matriculados no ensino superior	Não
. Reforçar a coesão social	. Respostas sociais por 1000 habitantes	n.º	51,84	2012/CMC	+10%	48,80	2023/GEP- Carta Social	Diminuição de 5,9% das respostas sociais por 1000 habitantes	Não

³³ Valor corrigido. O valor referido na DA era 37000



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência		Metas pretendidas para o município	Situação atual		Avaliação	
			Valor	Ano/Fonte		Valor	Ano/Fonte	Evolução	Alcance da meta
	. Beneficiários do rendimento social de inserção	n.º	5314	2010/INE	-15%	3225	2023/INE Estatísticas	Diminuição de 39% dos beneficiários do rendimento social de inserção	Sim
Critério de avaliação: Competitividade e dinâmica empresarial									
. Promover a inovação e o desenvolvimento	. Unidades de I&D ³⁴	n.º	149	2009/GPEA R_IPCTN	+ 20%	78	2023/DGEEC -IPCTN	Diminuição de 48% das unidades de I&D	Não
	. Pessoas em I&D	n.º	6375	2009/GPEA R_IPCTN	+ 20%	s.i.	s.i.		s.i.
. Promover o aumento da competitividade dos territórios e das empresas	. Densidade de empresas	n.º/Km²	58,1	2009/INE	+ 10%	71,4	2023/INE Anuários Estatísticos Regionais	Aumento de 22,9% da densidade de empresas	Sim
	. Empresas, segundo a CAE	n.º	18564	2009/INE	+ 10%	22812	2023/INE Anuários Estatísticos Regionais	Aumento de 22,9% do número de empresas	Sim
	. Taxa de cobertura das importações pelas exportações	%	72,9 ³⁵	2012/INE	100%	70,0	2023/INE Estatísticas	Diminuição da taxa de cobertura das importações pelas exportações de 72,9% em 2012 para 70,0% em 2023	Não

³⁴ Unidades integradas no Setor Instituições: Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

³⁵ Valor corrigido. O valor referido na DA era 43,59



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência		Metas pretendidas para o município	Situação atual		Avaliação	
			Valor	Ano/Fonte		Valor	Ano/Fonte	Evolução	Alcance da meta
	. Espaços municipais de acolhimento empresarial	n.º	3	2012/CMC	4	3	2023/CMC	Manutenção dos espaços municipais de acolhimento empresarial	Não
Critério de avaliação: Turismo									
. Criar condições de apoio e suporte à prática turística aumentando o número de visitantes	. Taxa de ocupação hoteleira	%	41,3	2010/INE	50	46,2	2023/INE Anuários Estatísticos Regionais	Aumento da taxa de ocupação hoteleira de 41,3% em 2010 para 46,2% em 2023	Não
	. Capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros	n.º	2230	2010/INE	+ 10%	4102	2023/INE Anuários Estatísticos Regionais	Aumento de 84% da capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros	Sim
. Melhorar a atratividade turística	. Percursos temáticos	n.º	-	-	n.a.	15	2023/CMC	Em 2023, existiam 15 roteiros temáticos: Coimbra, Património Mundial; Coimbra Muralhada; Jardins Históricos; Escritores; Fado e Tradições Académicas; Fundação da Nacionalidade; Viver o Património em	n.a.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência		Metas pretendidas para o município	Situação atual		Avaliação	
			Valor	Ano/Fonte		Valor	Ano/Fonte	Evolução	Alcance da meta
								Coimbra; Coimbra para os Pequenos; Santos; Órgãos de Tubo; Mulheres de Coimbra; Património Mundial do Centro; Percorso Interpretativo da Reserva Natural do Paul de Arzila; Pequena Rota 3 CBR Ribeirinho; Pontos de Interesse	
	. Visitantes de museus e galerias de arte	n.º	210649 ³⁶	2010/INE	+ 15%	460123	2023/INE Anuários Estatísticos Regionais	Aumento de 118% do número de visitantes de museus e galerias de arte	Sim

³⁶ Valor corrigido. O valor referido na DA era 208649



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

No quadro seguinte (Quadro 5), apresenta-se uma síntese da avaliação realizada, que contabiliza o alcance das metas pretendidas para o município, dos 56 indicadores ambientais avaliados, podendo concluir-se o seguinte:

- Não foram identificados impactes ambientais não previstos na AAE;
- **Dos 56 indicadores ambientais analisados**, distribuídos por 5 FCD (Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais, Qualidade ambiental, Riscos naturais e tecnológicos, Dinâmicas territoriais e Desenvolvimento regional e local) e 19 critérios de avaliação, **em 39% alcançaram-se as metas, em 41% não se alcançaram as metas e 20% não puderam ser avaliados;**
- **Tendo em conta apenas o total de indicadores ambientais avaliados (45), a percentagem dos indicadores em que se alcançaram as metas é de cerca de 49%.**



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Quadro 5 – Quadro síntese da avaliação das medidas de controlo

FCD	Critério de avaliação	Objetivos de sustentabilidade	N.º de indicadores	Alcance da meta		
				sim	não	s.i./n.a.
Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais	Ecossistemas e habitats	Manter a integridade das áreas classificadas e a conectividade entre elas	2	1	0	1
		Evitar a afetação de habitats naturais, de espécies da flora e da fauna e de áreas húmidas fundamentais para espécies alvo de orientação e gestão	3	3	0	0
	Paisagem e património	Assegurar a proteção e qualificação do património natural e paisagístico	2	0	1	1
		Proteger e valorizar o património arquitetónico e arqueológico	2	2	0	0
	Solos e floresta	Garantir a salvaguarda dos solos da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional	2	2	0	0
		Promover a gestão e o ordenamento sustentável dos espaços florestais, fomentando a diversificação silvícola e o uso múltiplo da floresta	2	1	1	0
	Água	Assegurar a proteção dos cursos de água e garantir a boa qualidade das águas	1	1	0	0
		Promover o consumo eficiente do recurso água, nomeadamente através da sua reutilização	2	1	1	0
		Promover a redução de perdas de água nos sistemas de transporte e distribuição	1	0	1	0
	SUBTOTAL		17	11	4	2
Qualidade ambiental	Ar	Promover uma política de gestão da qualidade do ar que salvaguarde a saúde pública	2	1	1	0
	Ruído	Assegurar níveis de ruído adequados	1	0	0	1
	Resíduos	Promover uma gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos urbanos	2	1	1	0
	Espaços verdes	Assegurar uma boa cobertura da população por espaços verdes de utilização coletiva	2	0	2	0
	Energia	Aumentar a eficiência do consumo energético e reduzir o consumo de combustíveis fósseis	2	1	1	0
	SUBTOTAL		9	3	5	1
Riscos naturais e tecnológicos	Incêndios florestais	Diminuir o número de ignições e área ardida	3	0	2	1
	Movimentos de vertente	Evitar a erosão dos solos	1	0	0	1
	Cheias e inundações	Minimizar as áreas vulneráveis à ocorrência de cheias e inundações e o impacto das mesmas	2	0	0	2
	Acidentes graves envolvendo substâncias perigosas	Promover a segurança, saúde e bem-estar das populações	1	1	0	0
	SUBTOTAL		7	1	2	4
Dinâmicas territoriais	Urbanização e edificação	Promover a consolidação do espaço urbano	3	0	2	1
	Reabilitação urbana	Promover a qualificação do centro histórico e do parque edificado	2	1	1	0
	Habitação	Promover uma política integrada de habitação	4	0	3	1
	SUBTOTAL		9	1	6	2
Desenvolvimento regional e local	Desenvolvimento humano	Qualificar os recursos humanos	2	1	1	0
		Reforçar a coesão social	2	1	1	0
	Competitividade e dinâmica empresarial	Promover a inovação e o desenvolvimento	2	0	1	1
		Promover o aumento da competitividade dos territórios e das empresas	4	2	2	0
	Turismo	Criar condições de apoio e suporte à prática turística aumentando o número de visitantes	2	1	1	0
		Melhorar a atratividade turística	2	1	0	1
	SUBTOTAL		14	6	6	2
TOTAL			56	22	23	11



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

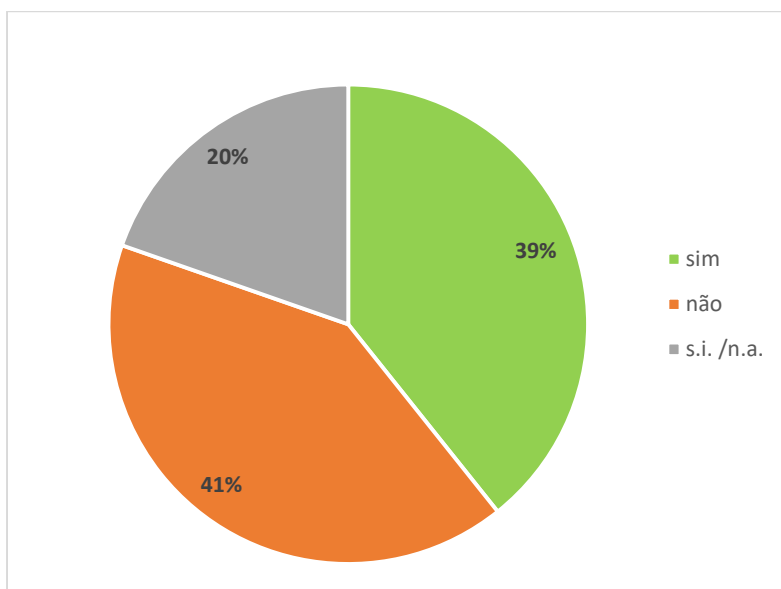


Gráfico 1 - Alcance das metas dos indicadores

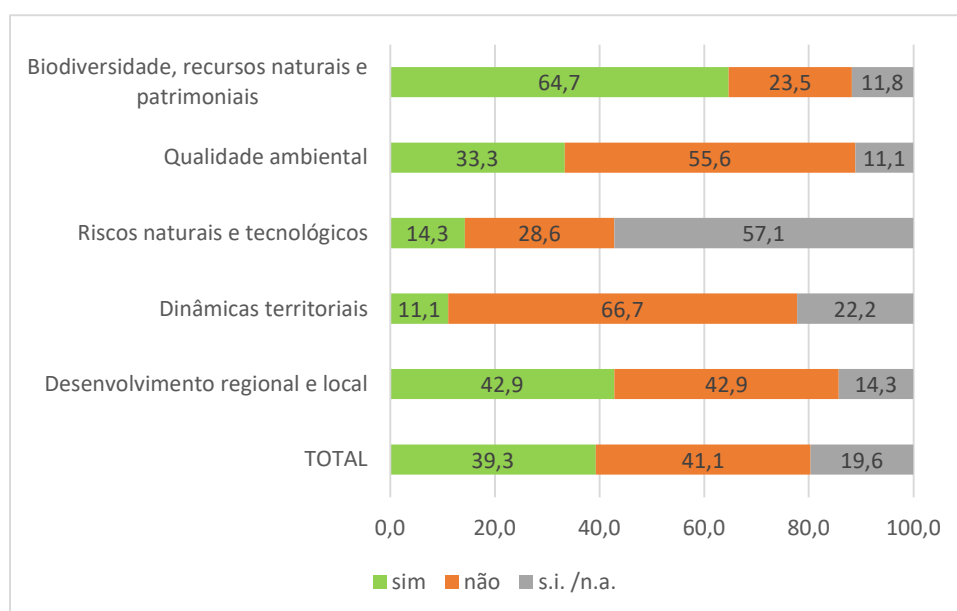


Gráfico 2 - Alcance das metas dos indicadores por FCD



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

4. PROPOSTA DE REVISÃO DAS MEDIDAS DE CONTROLO, DECORRENTE DA 1.ª MONITORIZAÇÃO DA AAE

Com base na avaliação das medidas de controlo realizada e na dificuldade na obtenção de dados para alguns indicadores ambientais, considera-se necessária a revisão do Plano de Controlo (Quadro 6).

Assim propõe-se a eliminação dos seguintes indicadores:

- Ecossistemas de conexão entre áreas naturais;
- Valores da paisagem;
- Pessoas em I&D.

Propõe-se ainda a substituição do indicador “Barracas e alojamentos precários” pelo indicador “Alojamentos familiares não clássicos”.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Quadro 6 – Proposta de revisão das medidas de controlo

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência (Declaração Ambiental)		1.ª avaliação e controlo (2024)		Metas pretendidas para o município no horizonte do plano
			Valor	Ano/Fonte	Valor	Ano/Fonte	
FCD: Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais							
Critério de avaliação: Ecossistemas e habitats							
. Manter a integridade das áreas classificadas e a conectividade entre elas	. Área do município integrada na Rede Natura 2000 e na rede nacional de áreas protegidas	ha	278,52	2012/PDM	278,52	2023/PDM Planta de Condicionantes	manter
. Evitar a afetação de habitats naturais, de espécies da flora e da fauna e de áreas húmidas fundamentais para espécies alvo de orientações de gestão	. Habitats naturais da Diretiva Habitats	n.º	10	2012/ICNF	10	2023/ICNF https://www.icnf.pt/conservacao/rnapareasprotegidas/reservasnaturais/rnpauldearzilla	manter
	. Espécies da flora e fauna de interesse comunitário	n.º	11	2012/ICNF	11	2023/ICNF	manter
	. Espécies alvo de orientações de gestão	n.º	11	2012/ICNF	11	2023/ICNF	manter
Critério de avaliação: Paisagem e património							



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência (Declaração Ambiental)		1.ª avaliação e controlo (2024)		Metas pretendidas para o município no horizonte do plano
			Valor	Ano/Fonte	Valor	Ano/Fonte	
. Assegurar a proteção e qualificação do património natural e paisagístico	. Árvores de interesse público	n.º	8	2012/ICNF	7	2023/ICNF http://www2.icnf.pt/portal/Arvores.qry?Distrito=6&Concelho=3&Freguesia=&Processo=&template%3AmethoId=Pesquisar	aumentar
	. Imóveis classificados e em vias de classificação	n.º	58	2013/PDM	64	2023/PDM Planta de Condicionantes	aumentar
. Proteger e valorizar o património arquitetónico e arqueológico	. Sítios arqueológicos	n.º	75	2012/PDM	79	2023/PDM Planta de Ordenamento	aumentar
Critério de avaliação: Solos e floresta							
. Garantir a salvaguarda dos solos da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional	. Área de Reserva Agrícola Nacional	ha	6964	2013/PDM	6964	2023/PDM Planta de Condicionantes	manter
	. Área de Reserva Ecológica Nacional	ha	10627	2013/PDM	10627	2023/PDM Planta de Condicionantes	manter



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência (Declaração Ambiental)		1.ª avaliação e controlo (2024)		Metas pretendidas para o município no horizonte do plano
			Valor	Ano/Fonte	Valor	Ano/Fonte	
. Promover a gestão e o ordenamento sustentável dos espaços florestais, fomentando a diversificação silvícola e o uso múltiplo da floresta	. Área sujeita ao regime florestal	ha	98	2012/PDM	98	2023/PDM Planta de Condicionantes	manter
	. Tipologia de floresta existente /Área florestal	%	34 ³⁷ / 52 ³⁸	1990/COS	53 / 29	2018/COS	24 / 42
Critério de avaliação: Água							
. Assegurar a proteção dos cursos de água e garantir a boa qualidade das águas	. Qualidade das águas superficiais	-	razoável	2009/SNIRH	bom e superior	2023/PGRH - 3.º Ciclo (2022-2027) Vouga, Mondego e Lis (RH4A)	bom
. Promover o consumo eficiente do recurso água, nomeadamente através da sua reutilização	. Consumo de água <i>per capita</i>	m³	78,5	2011/INE	71,7	2022/INE Estatísticas	Reduzir
	. Taxa de reutilização da água residual tratada	%	0	2012/AC	0	2023/AC	10

³⁷ % da área florestal com eucalipto

³⁸ % da área florestal com pinheiro-bravo



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência (Declaração Ambiental)		1.ª avaliação e controlo (2024)		Metas pretendidas para o município no horizonte do plano
			Valor	Ano/Fonte	Valor	Ano/Fonte	
. Promover a redução de perdas de água nos sistemas de transporte e distribuição	. Taxa de perdas de água na rede	%	22,3	2011/AC	20,6	2023/AC	20
FCD: Qualidade ambiental							
Critério de avaliação: Ar							
. Promover uma política de gestão da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública	. Dias com IQar Bom e Muito Bom	n.º	257	2010/APA	283 (de 365 dias medidos)	2023/APA	≥ 80% do número dias medidos
	. Excedências de emissões (PM10)	n.º	2 ³⁹ / 43 ⁴⁰	2010/APA	1 / 0	2023/APA	<35
Critério: Ruído							

³⁹ Estação “Instituto Geofísico”

⁴⁰ Estação “Fernão de Magalhães”



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência (Declaração Ambiental)		1.ª avaliação e controlo (2024)		Metas pretendidas para o município no horizonte do plano
			Valor	Ano/Fonte	Valor	Ano/Fonte	
. Assegurar níveis de ruído adequados	. População exposta a níveis de ruído elevados	n.º	20571 ⁴¹	2012/PDM	s.i.	s.i.	10300
			22981 ⁴²				11500
Critério de avaliação: Resíduos							
. Promover uma gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos urbanos	. Capitação de resíduos sólidos urbanos indiferenciados	(kg/hab)	1,2	2011/ERSUC	0,96	2023/INE Estatísticas	1,06
	. Proporção de resíduos sólidos recolhidos seletivamente (diferenciados)	%	9,5	2011/ERSUC	19	2023/INE Estatísticas	20
Critério de avaliação: Espaços verdes							
	. Espaços verdes públicos <i>per capita</i> (cidade)	m²	18	2012/PDM	20	2022/PDM/DEVJ	30

⁴¹ Lden > 65 dB(A)

⁴² Ln > 55 dB(A)



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência (Declaração Ambiental)		1.ª avaliação e controlo (2024)		Metas pretendidas para o município no horizonte do plano
			Valor	Ano/Fonte	Valor	Ano/Fonte	
. Assegurar uma boa cobertura da população por espaços verdes de utilização coletiva	. Área de hortas urbanas	m²	5000	2012/CMC	5000	2023/CMC	20000
Critério de avaliação: Energia							
. Aumentar a eficiência do consumo energético e reduzir o consumo de combustíveis fósseis	. Consumo de energia elétrica por habitante	Kwh	5633	2010/DGEG	4697	2022/INE Estatísticas	4500
	. Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab)	tep/hab	0,71	2010/DGEG	0,56	2022/INE Estatísticas	0,64
FCD: Riscos naturais e tecnológicos							
Critério de avaliação: Incêndios florestais							
. Diminuir o número de ignições e área ardida	. Área florestal com risco de incêndio elevado ou muito elevado	ha	5322,7	2007/PMDFCI	5424,8	2018/PMDFCI	reduzir
	. Ocorrências de ignições	n.º	s.i.	s.i.	33	2023/INE Estatísticas	n.a.



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência (Declaração Ambiental)		1.ª avaliação e controlo (2024)		Metas pretendidas para o município no horizonte do plano
			Valor	Ano/Fonte	Valor	Ano/Fonte	
	. Área florestal ardida	ha	19	2010/ICNF	129	2023/INE Estatísticas	0
Critério de avaliação: Movimentos de vertente							
. Evitar a erosão dos solos	. Área urbana inserida em zonas suscetíveis à ocorrência de movimentos de vertente, com perigosidade média e elevada	ha	1462	2012/PDM	1462	2023/PDM	n.a.
Critério de avaliação: Cheias e inundações							
. Minimizar as áreas vulneráveis à ocorrência de cheias e inundações e o impacte das mesmas	. Situações hidrológicas extremas com impactes significativos	n.º	3	2012/ANPC	s.i.	s.i.	n.a.
	. Área urbana inserida em zonas vulneráveis à ocorrência de cheias e inundações	ha	595,2	2012/PDM	688,6	2023/PDM/ PGRI Vouga, Mondego e Lis	n.a.
Critério de avaliação: Acidentes graves envolvendo substâncias perigosas							



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência (Declaração Ambiental)		1.ª avaliação e controlo (2024)		Metas pretendidas para o município no horizonte do plano
			Valor	Ano/Fonte	Valor	Ano/Fonte	
. Promover a segurança, saúde e bem-estar das populações	. Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-lei n.º 150/2015, de 5 de agosto e nível de perigosidade	n.º	0	2011/ANPC	0	2023/APA	0

FCD: Dinâmicas territoriais

Critério de avaliação: Urbanização e edificação

. Promover a consolidação do espaço urbano	. Área livre do perímetro urbano	%	26,5	2012/PDM	s.i.	s.i.	20
	. Área de loteamentos urbanos	ha	1081	2012/PDM	1105	2023/PDM	+5%
	. Novos edifícios licenciados	n.º	362	2010/INE	188	2023/INE Anuários Estatísticos Regionais	- 10%/ano

Critério de avaliação: Reabilitação urbana

. Promover a qualificação do centro histórico e do parque edificado	. Área de reabilitação urbana programada	ha	62,8	2012/PDM	388,0	2023/PDM Planta de Ordenamento	+ 20%
	. Edifícios e fogos reabilitados em empreitadas coercivas e municipais	n.º	8/17	2011/CMC	0/15	2021/CMC	+ 20%/ano



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência (Declaração Ambiental)		1.ª avaliação e controlo (2024)		Metas pretendidas para o município no horizonte do plano
			Valor	Ano/Fonte	Valor	Ano/Fonte	
. Promover uma política integrada de habitação	. Fogos licenciados em construção nova para habitação familiar	n.º	711	2010/INE	551	2023/INE Anuários Estatísticos Regionais	- 10%/ano
	. Custo médio de aquisição e arrendamento de habitação	€/m²/€	1520,00 / 525,00	2012/ APEMIP	1734,00 / 352,14	2023/2021 INE Estatísticas	-10% / -5%
	. Alojamentos familiares não clássicos	n.º					- 10%
	. Pedidos para habitação social	n.º	357	2011/CMC	177	2023/CMC	- 20% / ano

FCD: Desenvolvimento regional e local

Critério de avaliação: Desenvolvimento humano

. Qualificar os recursos humanos	. População residente com ensino superior	%	24	2011/INE	36	2021/INE Censos 2021	30
	. Alunos matriculados no ensino superior	n.º	37082	2010/2011 INE	38411	2023/2024 INE Estatísticas	+ 5%



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência (Declaração Ambiental)		1.ª avaliação e controlo (2024)		Metas pretendidas para o município no horizonte do plano
			Valor	Ano/Fonte	Valor	Ano/Fonte	
. Reforçar a coesão social	. Respostas sociais por 1000 habitantes	n.º	51,84	2012/CMC	48,80	2023/GEP-Carta Social	+10%
	. Beneficiários do rendimento social de inserção	n.º	5314	2010/INE	3225	2023/INE Estatísticas	-15%
Critério de avaliação: Competitividade e dinâmica empresarial							
. Promover a inovação e o desenvolvimento	. Unidades de I&D	n.º	149	2009/GPEA R_IPCTN	78	2023/DGEEC_IPCTN	+ 20%
. Promover o aumento da competitividade dos territórios e das empresas	. Densidade de empresas	n.º/Km²	58,1	2009/INE	71,4	2023/INE Anuários Estatísticos Regionais	+ 10%
	. Empresas, segundo a CAE	n.º	18564	2009/INE	22812	2023/INE Anuários Estatísticos Regionais	+ 10%
	. Taxa de cobertura das importações pelas exportações	%	72,9	2012/INE	70,0	2023/INE Estatísticas	100%



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Situação de referência (Declaração Ambiental)		1.ª avaliação e controlo (2024)		Metas pretendidas para o município no horizonte do plano
			Valor	Ano/Fonte	Valor	Ano/Fonte	
	. Espaços municipais de acolhimento empresarial	n.º	3	2012/CMC	3	2023/CMC	4
. Criar condições de apoio e suporte à prática turística aumentando o número de visitantes	. Taxa de ocupação hoteleira	%	41,3	2010/INE	46,2	2023/INE Anuários Estatísticos Regionais	50
	. Capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros	n.º	2230	2010/INE	4102	2023/INE Anuários Estatísticos Regionais	+ 10%
. Melhorar a atratividade turística	. Percursos temáticos	n.º	-	-	15	2023/CMC	n.a.
	. Visitantes de museus e galerias de arte	n.º	210649	2010/INE	460123	2023/INE Anuários Estatísticos Regionais	+ 15%



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Página deixada em branco propositadamente



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da avaliação realizada, comparando a situação de referência (situação à data da aprovação da 1.ª Revisão do PDM) e a situação atual, de forma a identificar tendências de evolução e o alcance das metas pretendidas para o município definidas na Declaração Ambiental, pode-se concluir o seguinte quanto à evolução dos efeitos no ambiente decorrentes da aplicação e execução da 1.ª Revisão do PDM:

- Alcance das metas / cumprimento dos objetivos de sustentabilidade definidos durante o procedimento de elaboração da AAE em cerca de metade dos indicadores avaliados;
- Não foram identificados impactes ambientais não previstas na AAE.

O Relatório de Avaliação e Controlo Ambiental destina-se a ser remetido à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), sendo posteriormente disponibilizado na página eletrónica oficial do Município.

Aprovado por despacho da Ex.ma Sr.ª Vereadora Professora Doutora Ana Bastos de 25/02/2025.

O Diretor do Departamento de Estudos Estratégicos, Planeamento e Desenvolvimento Territorial

(Rui Campino, Arq. Paisagista)